

N.º: Gp448-IX  
Proc.º: 30.06.04.03  
Data: 07.07.2009

Assunto: Transportes e Acessibilidades à Ilha de São Jorge

Senhor Presidente  
Senhoras e Senhores Deputados  
Senhor Presidente do Governo  
Senhoras e Senhores membros do Governo

As acessibilidades e os transportes são temáticas que sempre hão-de marcar os debates políticos nos Açores, dadas as nossas especificidades arquipelágicas, não só pelas opções que se tomam, como – e essencialmente – tendo em conta a importância social e económica que têm para o desenvolvimento das nossas ilhas.

Analisemos, em particular o caso da Ilha de São Jorge, e em primeira instância, os transportes marítimos.

Fiquem descansados os Senhores Deputados da maioria que não vou falar de “Atlântida”, “Anticiclone”, “Viking” ou companhia. Sobre estes os açorianos têm feito a sua avaliação.

O CDS-PP sempre tem defendido um serviço público de transporte marítimo diário para as chamadas “Ilhas do Triângulo”. Existe procura para que tal seja uma realidade.

Em Junho de 2006, neste Parlamento, o então Secretário Regional da Economia, anunciou que *“o transporte marítimo de passageiros nas Ilhas do Triângulo vai passar a ser assegurado, durante todo o ano, por dois navios de cerca de 40 metros, orçados em seis milhões de euros, e terão uma capacidade na ordem dos 300 passageiros e 15 viaturas”*.

Aliás, o titular da pasta na altura tinha toda a estratégia montada, uma vez que acrescentou que tais ligações diárias seriam asseguradas *“por um navio que ficará sedado no porto das Velas, para que possa estabelecer duas ligações diárias com São Roque do Pico e uma com a Horta”*.

Ora, a existência de uma ligação marítima diária entre estas ilhas possibilita um conjunto de mais-valias, nomeadamente aos Jorgenses, porquanto passariam a ter novas formas de entrada e saída da ilha, respectivamente através dos Aeroportos das ilhas do Pico e do Faial, nas ligações a outras ilhas ou ao exterior da Região.

Em Fevereiro deste ano, dado o esquecimento governamental de tal desiderato, através de requerimento, questionei o Governo Regional sobre esta matéria:

- Os dois novos barcos anunciados em 2006 sempre serão construídos? Em caso afirmativo, quais as previsões de custos e prazos para a execução dos mesmos e qual será a sua finalidade?

O CDS-PP não obteve respostas.

Em Março último, após Visita Estatutária a São Jorge, o Governo volta a usar das suas capacidades de comunicação para reforçar, então, meio anúncio: *“iniciar os procedimentos necessários à constituição de obrigação de serviço público do transporte marítimo de passageiros entre São Jorge, Pico e Faial, com o objectivo de assegurar uma ligação diária entre estas ilhas durante todo o ano”*.

Disse meio anúncio, e disse bem, porque afinal os novos barcos, de 40 metros e seis milhões, parece que passaram à história.

Entretanto, continuamos a assistir a investimentos do Governo Regional de centenas de milhares de euros em sucessivas e necessárias reparações aos navios “Cruzeiro do Canal” e “Cruzeiro das Ilhas”, barcos com uma história longa para contar, mas cujos trinta anos não garantem auspicioso futuro.

Ora, impõe-se reforçar a pergunta: afinal vamos ter ligações diárias no Triângulo e com que barcos?

Já agora, permitam-me colocar outra questão da maior importância para o desenvolvimento e crescimento económica da ilha de São Jorge: Para quando estima o Governo avançar com a repetidamente prometida ampliação do Porto Comercial de São Jorge?

Senhor Presidente;  
Senhoras e Senhores Deputados;

Não menos importantes são as obras de ampliação da pista do Aeroporto de São Jorge que, 10 meses após a sua adjudicação, ainda não se iniciaram.

Aliás, curioso, mas não menos preocupante, é verificarmos que nestes 10 meses (e já antes disso), na ânsia de anunciar consecutivamente o já anunciado, tem sido divergente a informação veiculada por vias governamentais oficiais sobre esta obra.

Vejamos: O Senhor Presidente do Governo, em 2007, anunciou que as obras de ampliação da pista iriam proporcionar um aumento de 200 metros de comprimento da mesma; no passado mês de Março, novo anúncio, com novos dados – a pista do aeroporto de São Jorge vai crescer agora só 170 metros; mas a diminuição não se fica por aqui, pois, já no corrente mês, em Comunicado do Conselho de Governo, lê-se que, pasmem-se, a ampliação da pista é somente de 110 metros.

A pista já leva menos 90 metros de comprimento, mas os milhões propalados aos sete ventos são sempre iguais: 23,2 Milhões de Euros.

Perante isto, não posso deixar de perguntar aos Senhores membros do Governo, ou à maioria sempre tão bem informada, o porquê destas alterações?

E a pista terá as condições de operacionalidade e segurança necessárias para a operação dos novos aviões Dash Q400?

E podem os Senhores assegurar aos Jorgenses que com o decorrer das obras o aeroporto não sofrerá problemas de operacionalidade?

Senhor Presidente;  
Senhoras e Senhores Deputados;  
Senhoras e Senhores Membros do Governo;

No passado dia 23 de Junho, em conferência de imprensa, proferi uma série de afirmações devidamente fundamentadas em relação às obras relacionadas com o Aeroporto de São Jorge, bem com o processo de aquisição dos terrenos para a construção do futuro Heliporto na Calheta.

Em causa, para a tomada de posição pública do CDS-PP está a forma enviesada e desigual com que o Governo geriu os processos de aquisição/expropriação dos terrenos para a realização das referidas obras.

Muito me orgulhou o facto de o Governo Regional, poucas horas depois, vir a público prestar esclarecimentos em relação às mesmas, sendo que de esclarecedoras as linhas do V.º comunicado tinham bem pouco, sobrando, por isso, espaço quanto baste para adjectivação grosseira e lamentável.

Acusou-me o Governo de fazer afirmações *“infundadas (...) que representam uma atitude difamatória grave e irresponsável”*, chegando ao ponto de utilizarem linguagem ameaçadora ao afirmarem que terei de ser devidamente responsabilizado.

Pois, Senhor Presidente, Senhores Deputados e Senhores Membros do Governo, aqui estou, pronto a ser responsabilizado, não acreditando que o Governo faça ameaças sem que posteriormente dê cumprimento às mesmas.

Até porque, já rezava o slogan, “Compromisso assumido, é compromisso cumprido”.

O Deputado Regional



Luís Silveira